

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA –  
IFSP, CAMPUS SÃO PAULO**

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES – ÊNFASE MAGISTÉRIO SUPERIOR**

**EMILIA DIAS DE ALMEIDA**

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A INCLUSÃO DO ALUNO  
SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO PAULO

AGOSTO/2014

**EMILIA DIAS DE ALMEIDA**

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A INCLUSÃO DO ALUNO  
SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –  
IFSP, Campus São Paulo, Curso de Pós-graduação  
*Lato Sensu* em Formação de Professores – Ênfase  
Magistério Superior.

Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Ms. Rosaria Boldarine.

SÃO PAULO

AGOSTO/2014

## AGRADECIMENTO

Nos dias atuais, sabemos o quanto é difícil trilhar um caminho até alcançar nossos objetivos, e nesse caminho contamos com o apoio de nossos amigos, os quais não poderíamos deixar de agradecer.

Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, aos amigos e companheiros que tivemos a oportunidade de conhecer, aos professores que estiveram sempre presente nos transmitindo confiança de que somos capaz.

Não posso deixar de agradecer à Maria de Lourdes Custódio Ribeiro, diretora da escola onde fiz minha pesquisa de campo, a minha coordenadora Adriana Pássaro Corinaldesi, as professoras Maria Aparecida Lenci Carvalho, e Simone Marisa Silva Rezende que também fizeram parte nessa minha caminhada.

Por fim agradeço minha orientadora, professora Ms. Lucineide Pinheiro com quem dei início ao meu tcc e a atual orientadora Ms. Rosaria Boldarine, por ter me apoiado e contribuído nesse novo aprendizado o qual levarei para toda vida.

## RESUMO

Atualmente o que mais se fala é em uma educação para todos, por isso a necessidade de se falar na formação do professor e na inclusão da criança surda na educação infantil.

Neste trabalho procuramos descrever a educação com as mudanças voltadas à inclusão, em especial, a inclusão do surdo, no capítulo um, descrevemos o que é surdez e suas causas, e fazemos um breve histórico da educação do surdo, em seguida, no capítulo dois, procuramos descrever o ambiente escolar em que o aluno surdo está inserido e discursamos um pouco sobre as práticas educacionais utilizadas.

No capítulo três, destacamos alguns autores como: Lacerda (2009), Quadros (2002), Lodi (2009), Lima (2006) que são a favor da inclusão em escolas regulares, mas ressaltam que são necessárias adequações e que a proposta bilíngue é a que favorece melhor o educando.

Finalizando, no capítulo quatro falamos um pouco sobre a formação do professor, e a necessidade de se manter uma formação contínua favorecendo novas aprendizagens.

Palavra-chave: Formação, Inclusão, Surdez.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
CAPÍTULO 1 – Definição de Surdez.....	12
1.2 – Breve histórico da educação dos surdos.....	15
1.3 – Principais Metodologias utilizadas para a educação dos surdos.....	18
CAPÍTULO 2 – Descrição do ambiente escolar.....	25
2.1 - Práticas Educacionais.....	27
CAPÍTULO 3 – A inclusão do aluno surdo.....	30
3.1 – A inclusão do aluno surdo na escola observada.....	35
CAPÍTULO 4 – A formação do professor.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	47
ANEXOS:	
Pesquisas com a Coordenadora, Professoras e Mãe.....	49

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais um dos princípios básicos que norteia as políticas em Educação é o princípio da “Educação para Todos”, e de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, manifesta o compromisso do país com “o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos”. (MEC/SEESP, 2004, p.22)

Ainda de acordo a resolução acima, não é o aluno que tem que se adaptar à escola, mas é a escola que deve adaptar-se às necessidades do aluno, estando à disposição do aluno, tanto nas creches, pré-escolas, ou centros de educação infantil, tornando-se um espaço inclusivo.

Em busca desses objetivos, além da capacitação e de apoio, o professor precisa estar preparado para receber esse novo aluno, proporcionando uma aprendizagem significativa para todos. Também é importante ouvir o professor a respeito do que pensa sobre o diferente, suas expectativas, suas ansiedades, como será seu trabalho, pois tudo isso definirá e influenciara a relação dos alunos.

Pensando nas resoluções governamentais e observando a escola em que trabalho é que surgiu a ideia de produzir esta pesquisa. Este tema foi escolhido com o objetivo de mostrar algumas dificuldades apresentadas no processo de inclusão das crianças na educação infantil.

Minha experiência pessoal como professora na educação infantil ainda é muito pequena, mas já pude observar que a inclusão que está ocorrendo se mostra aquém daquela que nós educadores almejamos, a começar pelo espaço: as salas estão sempre lotadas, não se tem material adequado, e muitos professores, por sua vez, não estão capacitados a atender as necessidades educativas das crianças, pois a cada ano chegam alunos com os mais diversos tipos de deficiências.

Diante dessa situação, me senti motivada a desenvolver esta pesquisa, buscando mostrar como está ocorrendo a inclusão do aluno surdo na educação infantil e o caminho que ainda precisamos percorrer para que de fato a educação seja para todos.

Uma das dificuldades encontradas na inclusão do aluno surdo é o uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais), pois ainda não temos profissionais habilitados em quantidade suficiente para atender a toda demanda. A Libras é a língua oficial do surdo, é um meio de comunicação. Com o aumento da demanda de alunos com deficiência nas salas de aula, outra

dificuldade apontada pelos professores no trabalho de inclusão é a necessidade de obter maior conhecimento sobre a criança para desenvolver procedimentos para atender as diferentes necessidades.

Sendo assim os objetivos específicos desse trabalho foram:

Descrever o processo e a organização da escola para promover a inclusão e analisar a interação professor/aluno surdo, demais alunos e funcionários, destacando a formação dos professores.

Identificar, junto aos participantes, os aspectos relevantes das práticas educacionais, e a participação do aluno surdo nas atividades.

Identificar as possíveis dificuldades, conflitos, expectativas, e benefícios a respeito da inclusão de alunos surdos na educação infantil.

Assim, essa pesquisa teve como objetivo investigar o processo de inclusão do aluno surdo na educação infantil, qual a forma de comunicação estabelecida entre aluno/professora, e os demais alunos ouvintes, e a formação dos professores em questão. A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de questionários e observação da dinâmica escolar. Os sujeitos participantes da pesquisa foram: a coordenadora da escola escolhida, algumas professoras e a mãe de um aluno portador de necessidades especiais, neste caso a surdez. Além disso, como procedimentos metodológicos foram realizadas observações em sala de aula e leitura para aprofundamento das questões de inclusão.

#### Contextualização do problema

A política de Educação Inclusiva no Brasil foi difundida após a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), nessa conferência mundial de educação realizada em Salamanca, Espanha, estiveram presentes representantes de 88 países e 25 organizações internacionais, sendo unânimes o compromisso com a educação para todos.

*1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças,*

*jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).*

Com a Declaração de Salamanca estabeleceu-se que o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças apresentadas.

Nesse sentido o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, estabelece que a política de inclusão escolar tem como objetivo a promoção da educação para todos.

*O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.*

*Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.*

*Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. (MEC/SEESP, 2007, p.1)*

Segundo o Mec/Seesp (2007), os referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, exigem mudança estrutural e cultural de forma radical, completa e



sistemática, para atender a todos em suas especificidades, fornecendo recursos adequados a realidade de cada educando deficiente ou não.

*A inclusão apresenta como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola.*

*[...] O problema central, segundo os estudos, é o acesso a comunicação, já que são necessárias intervenções diversas (boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outros), que nem sempre tornam acessíveis os conteúdos tratados em classe. [...] Outro ponto abordado é a necessidade de participação de membros da comunidade surda na escola, favorecendo o desenvolvimento de aspectos da identidade surda dessas crianças. [...] A inclusão é vista como um processo dinâmico e gradual que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social, da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas. [...] a questão central dos ideais da educação inclusiva se confronta com a desigualdade social presente no Brasil e em outros países em desenvolvimento. [...] A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, residem no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada, por classes super lotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. (LACERDA, 2006, p.166)*

Segundo LACERDA, devemos nos atentar a que nos referimos quando falamos de uma educação inclusiva, sendo que não é suficiente a criança estar presente em sala comum para garantir uma educação de qualidade que respeita as diferenças.

Sendo a comunicação uma das dificuldades, o acompanhamento de um intérprete da Língua de Sinais não garante uma inclusão satisfatória, é necessária uma adequação curricular, ter conhecimento sobre surdez e da língua de sinais, melhorias acústicas no ambiente, e recursos adequados a realidade de cada aluno.

*No Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigo 205ª A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição prescreve em seu art. 208, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

*[...] “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL,)*

Assim sendo, a Constituição garante “atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, até que se alcance pleno desenvolvimento humano preparando-o para a cidadania.

*A Lei de Acessibilidade (Lei nº10. 098, de dezembro de 2000), que determina a eliminação de barreiras físicas e de comunicação nos setores público e privado, garantindo, no caso das pessoas surdas, a presença do intérprete de LIBRAS e a correção diferenciada de provas e avaliações escritas por alunos ou candidatos surdos.*

*Conforme o Decreto 7.611/2011:*

*O atendimento educacional especializado - AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (Brasil, 2011)*

*No seu artigo 5º, é definido o apoio técnico e financeiro a ser prestado pelo Ministério da Educação, com a finalidade de promover o atendimento educacional especializado tanto na educação básica quanto na superior por meio das seguintes ações:*

*§ 2º - O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações:*

*I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;*

*II - implantação de salas de recursos multifuncionais;*

*III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braile para estudantes cegos ou com baixa visão;*

*IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;*

Conforme observamos, os estabelecimentos de ensino devem garantir a todos o acesso à escolarização, e a escola deve garantir a permanência das crianças, e em especial daquelas que têm necessidades educativas especiais, proporcionando igualdade para o desenvolvimento do cidadão brasileiro, e no caso do aluno surdo no capítulo VI - Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no parágrafo 12, tem-se que:

*Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (MEC-SEESP, 09/2007, p.11)*

Portanto, se faz prioritário garantir não só o acesso à escolarização, mas também a permanência dessas crianças e adolescentes nas escolas através de novas estratégias para que ocorra de fato a aprendizagem, é importante que os professores passem a conhecer e usar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e que as escolas proporcionem ambientes educacionais estimuladores facilitando o desenvolvimento dos aspectos cognitivos e sócio-afetivo-emocional.

É importante destacar que na educação infantil, muitas vezes a criança surda chega sem conhecer a Libras, pois sua família é ouvinte. Essa criança já se encontra em desvantagem, pois muitos de nós professores, não sabemos nos comunicar, é nesse momento que se faz necessário um professor qualificado em Libras que possa ensinar não só o aluno surdo, mas também os demais alunos, facilitando a comunicação e a socialização, oportunizando o conhecimento de outros universos, garantindo assim de fato a inclusão do aluno surdo na educação infantil.

*Desde o nascimento, o bebê humano é colocado em relações peculiares com os adultos que estão ao seu redor, o que determina que todo seu contato com a realidade (incluindo aqueles relacionados às funções biológicas mais elementares) seja socialmente mediado. [...], logo da linguagem, por meio do qual o bebê será inserido nas relações humanas e nas práticas sociais pelo outro.*

*Dessa forma, compreende-se que todo desenvolvimento da criança depende da presença do outro, daquele que possui domínio da linguagem para, dialeticamente, constituir-se como sujeito da e pela linguagem. Sendo assim, é por meio do outro que a criança irá construir seu eu.*

*[...] desse modo, pode-se dizer que o sujeito se define sempre por suas relações com outros sujeitos, [...]. Nesse sentido, toda a existência é compartilhada.*

*Assim, o desenvolvimento da criança em uma família de ouvintes é decorrente das relações estabelecidas com outro(s), desde seu nascimento, por meio da linguagem, bem como a constituição de sua subjetividade construída, cotidianamente, nas relações estabelecidas no ambiente familiar e em outros meios sociais. Dessa forma, para que o desenvolvimento de uma criança surda se dê de forma semelhante ao de uma criança ouvinte, aquela deve ter contato com interlocutores que lhe insiram em relações sociais*

*significativas por meio da linguagem e, nesse caso, por meio de uma língua que lhe seja acessível visualmente: a língua de sinais. Será, então, por meio das interações estabelecidas com e pela criança que ela poderá ampliar suas relações com o mundo, desenvolver suas funções mentais superiores e, enfim, constituir-se sujeito da linguagem.* (LODI, 2009, pp. 33,34).

Segundo LODI, toda criança para se desenvolver deve estar em contato com o outro que possui domínio da linguagem, a criança ouvinte vivencia cotidianamente essa relação no ambiente familiar, por esse motivo, torna-se necessário à criança surda o estabelecimento de relações com surdos e/ou ouvintes fluentes na língua de sinais para que esta venha a ter um desenvolvimento análogo ao de uma criança ouvinte no que se refere ao desenvolvimento de linguagem. (LODI, 2009, p.34).

Devemos lembrar que a LDB, lei nº 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, em seu Capítulo V, que trata da educação especial, a referida Lei estabelece que:

*Artigo 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.*  
 § 1º *Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.*  
 § 2º *O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.*  
 § 3º *A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.*

Nos termos da legislação vigente, as diretrizes para a educação especial na educação básica deverão ser regidas no âmbito nacional pela Resolução nº 2, de 11/09/2001, do Ministério da Educação (MEC), que entraram em vigor a partir de janeiro de 2002. A Resolução em seu artigo 8º item I, dispõe que as escolas da rede regular de ensino deverão prever e promover na organização de suas classes comuns professores de classe comum e de educação especial, capacitados e especializados, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, a fim de garantir os princípios da educação inclusiva.

# CAPÍTULO 1

## DEFINIÇÕES SOBRE A SURDEZ E BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DOS SURDOS.

Neste capítulo apresentamos algumas definições sobre surdez e um breve histórico sobre a educação dos surdos, o objetivo deste capítulo é pontuar algumas questões a respeito de nosso objeto de estudo para, então, darmos início à análise da escola que observamos.

### 1.1 – O que é Surdez

A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição.

Sob o aspecto da interferência na aquisição da linguagem e da fala, o déficit auditivo pode ser definido como perda média em decibéis, na zona conversacional (frequência de 500 – 1000 – 2000 hertz) para o melhor ouvido. (MEC/SEESP, pag.19, 2006)

São vários os fatores causadores, tais como: idade, ruídos, doenças, intoxicações, traumas físicos etc.

Pela área da saúde e, tradicionalmente, pela área educacional, o indivíduo com surdez pode ser considerado:

*Parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA)*

*a) Pessoa com surdez leve – indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da língua oral, mas poderá ser a causa de algum problema articulatorio na leitura e/ou na escrita.*

*b) Pessoa com surdez moderada – indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatorias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldades em compreender certos termos de relação e/ou formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada a sua aptidão para a percepção visual.*

### Surdo

a) *Pessoa com surdez severa – indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.*

b) *Pessoa com surdez profunda – indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica quanto à identificação simbólica da linguagem. (MEC-SEESP, 2006, p.19)*

Segundo o caderno Saberes e práticas da inclusão do MEC, a aquisição da surdez pode ser dividida em dois grupos:

- *Congênitas, quando o indivíduo já nasceu surdo. Nesse caso a surdez é pré-lingual, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem.*
- *Adquiridas, quando o indivíduo perde a audição no decorrer da sua vida.*

*Nesse caso a surdez poderá ser pré ou pós-lingual, dependendo da sua ocorrência ter se dado antes ou depois da aquisição da linguagem. (MEC-SEESP, 2006, p.15)*

As causas da surdez se dividem em:

- *Pré-natais: surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), e exposição da mãe a drogas ototóxicas (medicamentos que podem afetar a audição).*

- *Peri-natais: surdez provocada mais frequentemente por parto prematuro, anóxia cerebral (falta de oxigenação no cérebro logo após o nascimento) e trauma de parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado).*

- *Pós-natais: surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba, sarampo. Além do uso de medicamentos ototóxicos, outros fatores também têm relação com a surdez, como avanço da idade e acidentes. (MEC-SEESP, 2006, pp.15,16)*

A localização da lesão na perda auditiva pode ser:

- *Condutiva: quando está localizada no ouvido externo e/ou ouvido médio; as principais causas deste tipo são as otites, rolha de cera, acúmulo de secreção que vai da tuba auditiva para o interior do ouvido médio, prejudicando a vibração dos ossículos (geralmente aparece em crianças frequentemente resfriadas). Na maioria dos casos, essas perdas são reversíveis após tratamento.*

- *Neurosensorial: quando a alteração está localizada no ouvido interno (cóclea ou em fibras do nervo auditivo). Esse tipo de lesão é irreversível; a causa mais comum é a meningite e a rubéola materna.*

- *mista: quando a alteração auditiva está localizada no ouvido externo e/ou médio e ouvido interno. Geralmente ocorre devido a fatores genéticos, determinantes de má formação.*

- *Central: A alteração pode se localizar desde o tronco cerebral até as regiões subcorticais e córtex cerebral. (MEC-SEESP, 2006 p. 16)*

O nível de intensidade sonora é medido em decibel (dB), é medida a sensibilidade auditiva com o audiômetro, por meio desse instrumento são realizados testes para obter uma classificação da surdez quanto ao grau de comprometimento ou intensidade da perda auditiva.

*Audição normal - de 0 a 15 dB*

*Surdez leve – de 16 a 40 dB. Nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicho).*

*Surdez moderada – de 41 a 55 dB. Com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro.*

*Surdez acentuada – de 56 a 70 dB. Com esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação normal.*

*Surdez severa – de 71 a 90 dB. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando ou ruídos das máquinas de escrever num escritório.*

*Surdez profunda – acima de 91 dB. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando.*

*A surdez pode ser, ainda, classificada como unilateral, quando se apresenta em apenas um ouvido e bilateral, quando acomete ambos ouvidos. (MEC-SEESP, 2006 pp. 16,17)*

A surdez pode ter sérias implicações para o desenvolvimento de uma criança, conforme o grau da perda auditiva a qual interfere na comunicação.

- *Surdez leve: a criança é capaz de perceber os sons da fala; adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente; o problema geralmente é tardiamente descoberto; dificilmente se coloca o aparelho de amplificação porque a audição é muito próxima do normal.*

- *Surdez moderada: a criança pode demorar um pouco para desenvolver a fala e linguagem; apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não perceber todos os sons com clareza; tem dificuldade em perceber a fala em ambientes ruidosos; são crianças desatentas e com dificuldade no aprendizado da leitura e escrita.*

- *Surdez severa: a criança terá dificuldades em adquirir a fala e linguagem espontaneamente; poderá adquirir vocabulário do contexto familiar; existe a necessidade do uso de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado.*

- *Surdez profunda: a criança dificilmente desenvolverá a linguagem oral espontaneamente; só responde auditivamente a sons muito intensos como: bombas, trovão, motor de carro e avião; frequentemente utiliza a leitura orofacial; necessita fazer uso de aparelho de amplificação e/ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado. (SEESP/MEC-Brasília, 2006 pp. 16, 17)*

## 1.2 Breve Histórico da Educação dos Surdos

Neste subitem vamos descrever a posição da sociedade em relação às pessoas que nasciam surdas e como não tinham seus direitos garantidos como cidadãos, e quais os momentos históricos em vários países e como o Brasil participou desses momentos.

Na antiguidade e por quase toda Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. (LACERDA, 1998, apud Moores 1978), considerados incapazes, sendo excluídos da sociedade, proibidos de casar, possuir ou herdar bens. Aristóteles afirmava que as pessoas que nasciam surdas, por não possuírem linguagem não eram capazes de raciocinar. Esse pensamento da época fazia com que, na Grécia, os surdos fossem marginalizados e muitas vezes condenados à morte.

Sem escolas especializadas para surdos já no final do século XV, pessoas ouvintes tentaram ensinar aos surdos, o italiano Gerolamo Cardano (1501-1576), médico, concluiu que a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus pensamentos. (JANNUZZI, 2012, p.27), o médico utilizava sinais e linguagem escrita, posteriormente Pedro Ponce de León (1520-1584), monge beneditino espanhol, além dos sinais utilizava também o treinamento da voz e a leitura dos lábios.



Em 1620, Juan Bonet publicou o livro *Reducción de las letras y arte de enseñara hablar a los mudos*, “tornando a linguagem visível na forma do alfabeto visual”. (JANNUZZI, 2012, p. 26)

Em 1760 o abade Charles Miguel de L’Épée (1712-1774), fundou o Instituto Nacional dos Surdos-mudos de Paris, e educou surdos pelos “sinais metódicos” que seguiam palavra por palavra a gramática da língua francesa. (SKLIAR, 1977, p.14 apud Jannuzzi, 2012, p. 26).

*Roch Ambroise Sicard (1742-1822), também abade, seguiu L’Épée no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos em Paris, de 1800 a 1820, valorizando a participação dos surdos na constituição da língua de sinais. Como frisam Reily e Reily, no interessante texto baseado em fontes primárias, foi importante o envolvimento dos surdos na constituição de uma língua que realmente respondesse às suas necessidades.*

*A escrita e a oralização tiveram seus apreciadores e professores, entre os quais o português-francês Jacobo Pereira (1715-1790), com repercussão entre nós em meados do século XX. (JANNUZZI, 2012, p.27).*

Em 1880 acontece o Congresso Internacional em Milão no período de 06 a 11 de setembro, com o objetivo de discutir a educação dos surdos, tendo a participação de 182 pessoas, na sua grande maioria ouvintes, de vários países: Inglaterra, Itália, Suécia, Rússia, Canadá, Estados Unidos, Bélgica, França e Alemanha. Neste evento foi declarado que, na Educação de Surdos, o método oral deveria ser preferido, ao gestual, pois se acreditava que as palavras eram, consideravelmente, superiores aos gestos (SILVA et al, 2006).

Nesse Congresso os únicos países que se opuseram à proibição da língua de sinais foram os Estados Unidos e Grã-Bretanha, votaram por aclamação a aprovação do uso exclusivo e absoluto da metodologia oralista e a proscrição da linguagem de sinais. Acreditava-se que o uso de gestos e sinais desviasse o surdo da aprendizagem da língua oral, que era a mais importante do ponto de vista social. (LACERDA, 1998).

Segundo Jannuzzi, a educação do surdo no Brasil teve início em 1857 com a criação do ISM, através da lei n, 839 de 26 de setembro de 1857, sendo mudada sua denominação posteriormente para Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (INSM) e pela lei n. 3.198 de 6 de julho de 1957 para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (D.O de 18 de dezembro de 1981). (JANNUZZI, 2012, p.12).

Lemos (1981) e MEC/Sesp/FGV/Iesae (1988) relatam que Edouard Huet, educador francês com surdez congênita, professor do ensino emendativo do Instituto de Bourgues, chegou ao Rio de Janeiro recomendado pelo ministro da Instrução Pública da França e com o apoio do embaixador da França no Brasil, Monsieur Saint George. (JANNUZZI, 2012, p.12).

Em 1897, o caráter educacional sofria fortes influências da Europa, inclusive devido às decisões tomadas no congresso de Milão. Portanto, em 1911, o Instituto Nacional de Surdos (INES) passou a seguir a tendência mundial, utilizando o oralismo puro em suas salas de aula, apesar da forte resistência dos alunos que continuavam a utilizar a língua de sinais nos corredores e pátios da escola. (GOLDFELD, 1997, apud Poker, p.182).

Nesse período as escolas insistiam em oralizá-los, submetendo-os a longos períodos de treinamentos auditivos e de fala na tentativa de torná-los menos deficientes, eles teriam que aprender da mesma forma que os ouvintes, usando os mesmos materiais, com as mesmas exigências, desconsiderando as diferenças.

Somente em 1971, por ocasião do Congresso Mundial de Surdos, em Paris, devido aos estudos e pesquisas desenvolvidos nos EUA sobre a Comunicação Total, é que a língua de sinais passa a ser valorizada. Uma abordagem educacional recém surgida que permitia o uso dos sinais. (KOZLOWSKI, 2000).

Nos últimos anos as mudanças na concepção da surdez, mostrando que o surdo tem acesso ao mundo pela visão, e não pela audição, destaca-se a Libras, contudo se for de interesse da família o fonoaudiólogo ensina a língua oral.

Esse acesso ao mundo através da visão inclui o direito à Língua Brasileira de Sinais, que é visual-gestual, favorecendo sua aquisição. A partir do momento que a criança adquire a língua de sinais passa a ampliar seu conhecimento de mundo. A inclusão da criança surda deve se iniciar na educação infantil, nas creches e pré-escolas que deverão ofertar metodologias de ensino e recursos diferenciados, materiais pedagógicos diversificados e, principalmente a aceitação das diferenças interpessoais, segundo Lacerda,

*Tendo em vista que as crianças surdas são, em grande maioria, filhas de pais ouvintes e que os programas de atendimento precoce à criança e à família continuam muito insatisfatórios, elas chegam à escola com um desenvolvimento incipiente da linguagem e sem domínio de uma língua. É comum que só então iniciem a aquisição da língua de sinais naturalmente se as experiências educacionais o permitirem.*

*Trata-se de um problema particularmente importante quando está em questão a educação infantil. Apesar das controvérsias, parece haver consenso de que a educação infantil constitui uma esfera social indispensável para o desenvolvimento das crianças e deve ser expandida de forma a atender a uma grande parte da população para a qual ainda é inacessível. No caso da educação de surdos, acrescentam-se necessidades que devem ser atendidas pelas instituições – a de oferecer oportunidades para que a criança se torne bilíngue, esteja em interação com pares em sua língua e tenha contato com a comunidade surda, podendo se reconhecer como pertencente a ela e reconhecer aspectos pertinentes à surdez. Esse é um desafio especialmente difícil na realidade atual, que vem buscando caminhos para a educação inclusiva. (LACERDA, 2009, p.50)*

### 1.3 Principais Metodologias Utilizadas Para a Educação dos Surdos:

Neste subitem estaremos apresentando algumas metodologias utilizadas para a educação dos surdos e como se aplica, essas metodologias continuam sendo utilizadas, visto que ainda se mantêm diversos movimentos a favor ou contra aos métodos utilizados na educação de surdos.

**Oralismo:** É um método de ensino para surdos, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral, ou falada.

O objetivo do oralismo é reabilitar a criança surda em direção a normalidade, ao se dedicarem a este método, rejeitam toda forma de gestualização inclusive as línguas de sinais.

*O método oralista objetivava levar o surdo a falar e desenvolver competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo ao mundo dos ouvintes. (CAPOVILLA, 2001, p. 1481).*

Segundo Capovilla (2001), o método oralista era utilizado para possibilitar o surdo a falar desenvolvendo sua competência linguística oral, para se desenvolver emocionalmente, socialmente e cognitivamente de maneira mais normal e se integrar no mundo ouvinte.

*A criança surda deve, então se submeter a um processo de reabilitação que inicia com estimulação auditiva precoce, ou seja, que consiste em aproveitar os resíduos auditivos que quase a totalidade dos surdos possuem e possibilitá-las a discriminar os sons que ouvem [...] deve chegar à compreensão da fala dos outros e por último começar a oralizar. Este processo, que deve ser iniciado ainda no primeiro ano de vida, dura em torno de 8 a 12 anos, dependendo das características individuais da criança. (GOLDFELD, 2002, p.35).*

Segundo Goldfeld, o oralismo deve iniciar nos primeiros anos de vida, é um processo de reabilitação que estimula a audição reaproveitando resíduos auditivos.

Surdos que utilizaram deste método de ensino são considerados surdos oralizados e bem sucedidos.

Comunicação Total: Na comunicação total o objetivo dessa filosofia é promover a comunicação entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes.

*Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, esta filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação. (GOLDFELD, 2002, p. 38)*

Profissionais que seguem a Comunicação Total percebem o surdo como uma pessoa e a surdez como uma marca que interfere nas relações sociais e em seu desenvolvimento afetivo e cognitivo.

Segundo Goldfeld (2002) em seu livro “Na edição de Comunicação Total segundo o Centro Internacional de La Sordera in Nogueira” (1994) explica os seguintes princípios orientadores da Comunicação Total.

*Todas as pessoas surdas são únicas e têm diferenças individuais iguais aos ouvintes.*

*Os programas educacionais efetivos deveriam ser individualizados para satisfazer às necessidades, os interesses e as habilidades do surdo.*

*Menos de 50% dos sons da fala podem ser observados e entendidos quando se lê os lábios.*

*Não há estudos que comprovem que uma criança surda não pode desenvolver suas habilidades orais.*

*As crianças surdas inventam sinais em suas primeiras tentativas de comunicar-se em casa e na escola.*

*A comunicação oral exclusiva não é adequada para satisfazer as muitas necessidades das crianças surdas.*

*Em um ambiente de Comunicação Total sempre existe a segurança do que se está dizendo. Um sistema de dupla informação ou interação sempre existe.*

*As crianças que podem desenvolver as habilidades de aprendizagem e comunicação oral estarão motivadas. As que não têm esta habilidade desenvolvem outras formas de comunicação.*

*Os estudos desde 1960 claramente indicam que a criança que cresce em um ambiente de Comunicação Total demonstra mais habilidade para comunicar-se e tem mais êxito na escola. (NOGUEIRA, 1994, p.32 apud Goldfeld, 2002, p. 39)*

A Comunicação Total defende a utilização de qualquer recurso linguístico para facilitar a comunicação com as pessoas surdas, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais.

Esta filosofia valoriza a família da criança, acreditando que cabe à família o papel de compartilhar seus valores e significados.

*No Brasil, além da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Comunicação Total utiliza ainda a datilologia, também chamada de alfabeto manual (representação manual das letras do alfabeto), o cued-speech (sinais manuais que representam os sons da língua portuguesa), o português sinalizado (língua artificial que utiliza o léxico da língua de sinais com a estrutura sintática do português e alguns sinais inventados, para representar estruturas gramaticais do português que não existem na língua de sinais) e o pidgin (simplificação da gramática de duas línguas em contato, no caso, o português e a língua de sinais). [...] A Comunicação Total denomina esta forma de comunicação de bimodalismo e é um dos recursos utilizados no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes. (GOLDFELD, 2002, pp. 40,41)*

Bilinguismo: Segundo Goldfeld (2000) no bilinguismo pressupõe que o surdo deva ser bilingue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais e como segunda língua, a língua oficial de seu país.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. (QUADROS, 1997, p.27) e nesse sentido Lacerda (2008) exemplifica o modelo bilíngue na educação de surdos:

*O modelo de educação bilíngue contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso-gestual de fundamental importância para aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se a comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se “misture” uma com a outra. Nesse modelo, o que se propõe é que sejam ensinadas duas línguas, a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário. A língua de sinais é considerada a mais adaptada à pessoa surda, por contar com a integridade do canal viso-gestual. Porque as interações podem fluir, a criança surda é exposta então, o mais cedo possível, a língua de sinais, aprendendo a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar. Ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e sua competência linguística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua falada, do grupo majoritário, como segunda língua, tornando-se bilíngue, numa modalidade de bilinguismo sucessivo. Essa situação de bilinguismo não é como aquela de crianças que têm pais que falam duas línguas diferentes, porque nesse caso elas aprendem as duas línguas usando o canal auditivo-vocal num bilinguismo contemporâneo, enquanto no caso das crianças surdas, trata-se da aprendizagem de duas línguas que envolvem canais de comunicação diversos. (LACERDA, 2008, p.79)*

No bilinguismo o surdo pode aceitar e assumir sua surdez, não é necessário aprender a modalidade oral da língua.

*[...], o bilinguismo afirma que a criança surda deve adquirir, como língua materna, a língua de sinais. Esta aquisição deve ocorrer, preferencialmente, pelo convívio da criança surda com outros surdos mais velhos, que dominem a língua de sinais. [...] Para que a criança tenha sucesso na aquisição da língua de sinais, é necessário que a família também aprenda esta língua para que assim a criança possa utilizá-la para comunicar-se em casa. A língua oral, que geralmente é a língua da família da criança surda, seria a segunda língua desta criança. A criança surda necessita de um*

*atendimento específico para poder aprender esta língua. (GOLDFELD, 2002, p. 44)*

Na análise da autora Goldfeld, o mérito do bilinguismo é divulgar e estimular a utilização da língua de sinais que pode ser adquirida espontaneamente pelos surdos.

*[...] Somente pela exposição a essa língua, a criança surda pode desenvolver-se linguística e cognitivamente sem dificuldades.*

*O bilinguismo, do mesmo modo que outras filosofias, não pode ser definido como uma filosofia homogênea. Os profissionais atuam e pesquisam seguindo diferentes abordagens nessa linha teórica. [...] Essa língua é a única que pode ser adquirida espontaneamente pela criança surda, ou seja, em suas relações sociais, nos diálogos, pois, como já se afirmou aqui, a língua oral requer técnicas específicas para ser aprendida pela criança surda.*

*Teoricamente, o bilinguismo parece bastante simples e eficaz, pois se a criança surda adquire a língua de sinais da mesma forma e na mesma velocidade que a criança ouvinte adquire a língua oral, então a primeira não deverá sofrer nenhum dano cognitivo ou emocional que possa decorrer do atraso de linguagem. (GOLDFELD, 2002, pp. 108, 109).*

Segundo Quadros (1997), o bilinguismo é uma proposta usada por escolas que pretende praticar duas línguas no contexto escolar, para Goldfelb (2002) o bilinguismo é mais um meio de divulgar e estimular a utilização da língua de sinais que é adquirida espontaneamente pelos surdos.

Para Lacerda (2008) o bilinguismo contrapõe-se ao oralismo, valorizando o canal visogestual que é de extrema importância para aquisição da linguagem pelo surdo, o bilinguismo também se contrapõe a Comunicação Total que aceita todos os meios utilizados para atingir a comunicação. O bilinguismo defende um espaço para a língua de sinais mantendo suas características próprias desenvolvendo na criança sua capacidade e competência linguística que servirá para a aprendizagem da língua falada sendo a segunda língua.

LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, a Língua de Sinais é a língua natural da comunidade surda.

*A libras possui uma estrutura gramatical própria, com todos os elementos constitutivos da estrutura gramatical presente nas demais línguas orais. A gramática da Libras não é uma adaptação da gramática da língua portuguesa.*

*Há níveis linguísticos que também fazem parte da língua de sinais, que são a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática.*

*[...] Para a comunicação em Libras não basta apenas conhecer os sinais, sendo fundamental conhecer a sua gramática própria, usada de acordo com o contexto das expressões pretendidas. (LACERDA, 2013, pp. 65,66).*

A Língua de sinais possui regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, que possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda facilitando o acesso aos conceitos e conhecimentos existentes na sociedade.

Segundo pesquisas linguísticas, as Línguas de Sinais são sistemas de comunicação desenvolvidos pelas comunidades surdas, constituindo-se em línguas completas com estruturas independentes das línguas orais.

*Os sinais são formados a partir de parâmetros, como a combinação do movimento das mãos com um determinado formato num determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo.*

*Os parâmetros da língua de Sinais são:*

*Dactilologia*

*Soletração Rítmica*

*Configuração das mãos*

*Orientação espacial/figuras geométricas/movimento*

*Expressões gestuais/mímicas*

*Expressões faciais e corporais*

*Na combinação desses parâmetros obtém-se o sinal. Portanto falar com as mãos é combinar esses sinais que formam as palavras e as frases num determinado contexto. [...]*

*A Libras facilita e propicia o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda, auxiliando no processo de aprendizagem de Línguas Orais, favorecendo a produção escrita, servindo de apoio para a leitura e compreensão dos textos escritos. (KOJIMA, 2012, p. 4)*



Goldfeld (2002) destaca Brito (1993) que afirma que se a criança surda não for exposta à língua de sinais desde seus primeiros anos de vida sofrerá várias consequências. São elas:

- a) *Este (o surdo) perde a oportunidade de usar a linguagem, senão o mais importante, pelo menos um dos principais instrumentos para a solução de tarefas que se lhe apresentam no desenvolvimento da ação inteligente;*
- b) *o surdo não há de recorrer ao planejamento para a solução de problemas;*
- c) *não supera a ação impulsiva;*
- d) *não adquire independência da situação visual concreta;*
- e) *não controla seu próprio comportamento e o ambiente;*
- f) *não se socializa adequadamente.* (BRITO, 1993, apud Goldfeld, 2002, p. 45)

Segundo Lacerda (2009) é imprescindível que a criança surda seja exposta o mais cedo possível à língua de sinais, com a intenção de que se desenvolva capacidades e competências linguísticas no mesmo ritmo de uma criança ouvinte.

*[...] O surdo deve ser exposto o mais precocemente possível a uma língua de sinais, identificada como uma língua passível de ser adquirida por ele sem que sejam necessárias condições especiais de “aprendizagem”. Tal proposta educacional permite o desenvolvimento rico e pleno da linguagem, possibilitando ao surdo um desenvolvimento integral.* (LACERDA, 2009, p.83 apud Lacerda, 2000, pp. 53, 54).

Nos dias atuais, ainda encontramos vários seguimentos a respeito da educação do surdo, mesmo com a obrigatoriedade em escolas comuns, a família escolhe o que melhor atende as necessidades de cada um, como observamos, vários autores defendem o bilinguismo que atendem o surdo no aprendizado da língua de sinais a qual a criança deve ser exposta precocemente para seu desenvolvimento pleno da linguagem, possibilitando futuramente seu aprendizado na língua da comunidade ouvinte em sua modalidade oral e/ou escrita.

## CAPÍTULO 2

### DESCRIÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR

Este capítulo tem o propósito de descrever o ambiente escolar onde foi realizada a pesquisa de campo, aqui buscamos retratar a história de seu surgimento, e o momento atual de suas atividades.

A Escola Municipal de Educação Infantil Promorar foi inaugurada em dois de dezembro de 1983, pelo então prefeito Mário Covas. E em março de 1984 a Escola faz uma homenagem a Bertha Maria Júlia Lutz, pioneira dos direitos e emancipação da mulher no Brasil tornando-se Emei Bertha Lutz.

A Emei foi inaugurada com apenas quatro salas e em período integral. Em meados de 1989, na tentativa de suprir a necessidade cada vez maior de receber alunos, a escola deixou de ser período integral, passando a atender os alunos em dois turnos. A unidade funciona em dois turnos: 1º Período das 7h às 13hs – 2º Período das 13hs às 19hs.

A escola possui nove salas por período, no total de 27 cargos de professores, sendo que alguns acumulam o cargo. (acúmulo de cargo é trabalhar em dois períodos e no caso são seis professores que acumulam e ficam na escola em dois períodos atendendo duas salas por dia).

Também fazem parte treze funcionários de jornada de 40 horas, entre eles: Diretora, Assistente de Direção, Coordenadora Pedagógica, Assistente Técnico de Educação e Vigia.

A escola está situada em um bairro da periferia na zona norte em São Paulo, pertence à Diretoria Regional de Educação Freguesia do Ó/Brasilândia.

O Jardim Elisa Maria, onde a escola está situada, é um bairro localizado no subdistrito da Brasilândia, zona norte do município de São Paulo. Sua população estimada em 2007 era de 247.328 habitantes.

O bairro é caracterizado pela pouca infraestrutura pública disponível. Formado na maior parte por morros e com pouca cobertura vegetal, apresenta ruas estreitas e sinuosas. Como na sua formação não existiu nenhum tipo de planejamento urbano, o local apresenta altos índices de evasão escolar e as maiores demandas da região por saneamento básico, atendimento de saúde e espaços de cultura, lazer e esportes.

É comum esgoto correr a céu aberto e alagamentos nas partes baixas do bairro. Além disso, concentrou o maior número de homicídios e estupros no distrito da Brasilândia no período avaliado 2004 a 2006. Não há nenhum tipo de parque ou biblioteca pública.

Há descarte ilegal de entulho e lixo, gerando hábitos de normalidade pelo descarte irregular. Essa atitude põe em risco a saúde dos moradores.

Devido à grande quantidade de lixo o bairro foi escolhido para receber a ação bairro limpo. A ação "Bairro Limpo" surgiu numa parceria da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, Inova e Loga com o objetivo de incentivar a população para o consumo sustentável chamando atenção para o descarte de resíduos na região da Freguesia/ Brasilândia de maneira correta, beneficiando o bairro com maior limpeza e segurança.

O projeto, idealizado pelo líder comunitário Rodrigo Olegário, é voltado para todas as faixas etárias e conta com as seguintes parcerias: Oficina de Reciclagem (do SENAC), Grupo Embatucadores - Sintonia Sustentável (da Escola Estadual Professor Flamínio Fávero), Palestras Educativas (da Inova), Jogos Interativos (da Sabesp), Exposição de animais (do SUVIs), Centro de Apoio ao Trabalhador – CAT (da Prefeitura Municipal de São Paulo), Defesa Civil e também com o Ecomóvel da LOGA.

Uma série de ações educativas e de conscientização ambiental será desenvolvida durante a semana de 29 de março 2014, data escolhida para a realização do Mutirão. (Freguesia News 31/01/2014).

A escola foi uma das multiplicadoras das ações educativas, cedendo o espaço para as palestras e exposições, com o objetivo de conscientizar os alunos e seus pais.

Como citado acima, a escola possui nove salas de aula, uma sala do diretor/assistente de diretor, uma sala da coordenação, uma sala dos professores, uma secretaria, um almoxarifado, uma cozinha com despensa, três sanitários masculinos e três femininos para os alunos, observando que os banheiros das crianças são iguais aos dos adultos, um sanitário adaptado para deficientes, dois sanitários femininos e um masculino para os adultos, uma sala adaptada este ano para informática sendo que a anterior passou a ser sala de aula, temos um parque, um pátio coberto, um pequeno estacionamento e também temos uma rampa para cadeirantes e um elevador.

Devido à demanda as salas são pequenas, sem ventilação, não há espaços para colocar armários, existem problemas de infiltração e conservação.

A sala de aula em que o aluno – sujeito deste estudo - está alocado não é muito diferente das demais, é pequena em função da quantidade de alunos que no total são 35 sendo 34 alunos ouvintes e 1 aluno surdo, a faixa etária é de quatro anos. Esta sala tem vários problemas, quando chove tem muitas goteiras, os brinquedos da sala são monta-monta, massinha, bonecas, carrinhos, algumas panelinhas, não tem materiais pedagógicos para inclusão, seja inclusão do surdo ou de qualquer outra inclusão que exija material diferenciado.

Na sala está fixada a lista com os nomes dos alunos, um cartaz com os aniversariantes do mês, um calendário, os numerais de um a dez, o alfabeto e alguns combinados.

A lista com os nomes normalmente é utilizada nas atividades em que a criança tem que localizar seu nome, os numerais servem para memorizar os números, no calendário são trabalhados os dias e a semana, a rotina é mantida normalmente, a professora passa nas mesas perguntando se as crianças estão conseguindo fazer a atividade, quando necessário auxilia e procede da mesma forma com todos.

Em observação na sala de aula nota-se que uma das maiores dificuldades é a comunicação, no início até para ir ao banheiro era difícil com o tempo através de gestos as professoras passaram a compreender, as crianças também criaram alguns gestos para se comunicar e quando o aluno não era entendido muitas vezes esboçava gritos, a socialização mesmo com poucos entendimentos aconteceu de forma natural, as professoras que de início tinham boas expectativas ao desenvolvimento educacional desanimaram porque sem se comunicar direito e tendo que dar continuidade ao atendimento a todas as crianças à presença de mais um tornou-se rotina e passaram a tratá-lo como igual, na expectativa que no próximo ano tenham mais apoio e que as reivindicações por uma pessoa que saiba Libras sejam atendidas.

## 2.1 Práticas Educacionais:

Este subcapítulo foi direcionado a esclarecer as práticas educacionais utilizadas pelas professoras com o objetivo de garantir às crianças seu pleno desenvolvimento na educação infantil.

Quanto às práticas educacionais, todos os professores da rede procuram colocar em prática baseando-se nas Orientações Curriculares da Educação Infantil.

Seguindo o que propõem as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, é a partir do projeto pedagógico da sua unidade escolar que os professores sejam estimuladores do desenvolvimento das crianças, acolhedoras de suas diversidades e promotoras de:

- *um pensar criativo e autônomo, conforme a criança aprende a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma idéia, um conflito etc.;*
- *uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção de respostas singulares pelas crianças, em um mundo onde a reprodução em massa sufoca o olhar; e*
- *uma postura ética de solidariedade e justiça que possibilite à criança trabalhar com a diversidade de pessoas e de relações que caracteriza a comunidade humana, e a posicionar-se contra a desigualdade, o preconceito, a discriminação e a injustiça.*

Os professores da unidade escolar em questão utilizam as Orientações Curriculares da Educação Infantil em seus planejamentos, tentam atender todas as linguagens propostas:

- a. Experiências voltadas ao conhecimento e cuidado de si, do outro, do ambiente;*
- b. Experiências de brincar e imaginar;*
- c. Experiências de exploração da linguagem corporal;*
- d. Experiências de exploração da linguagem verbal;*
- e. Experiências de exploração da natureza e da cultura;*
- f. Experiências de apropriação do conhecimento matemático;*
- g. Experiências com a expressividade das linguagens artísticas.*

Nas Orientações Curriculares temos que a inclusão tem que ter início na educação infantil para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento.

*“É fundamental que a inclusão escolar de todas as crianças tenha início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a*

*construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, ludicidade, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança” (Versão Preliminar: POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SSESP, 2007, p. 16).*

As Orientações Curriculares da Educação Infantil, dizem que o desafio colocado aos professores na educação infantil é perceber cada criança com necessidades educacionais especiais para apoiá-las em suas especificidades, promovendo situações de interação com outras crianças que favoreçam a transformação e ampliação do seu repertório cultural, maximizando suas aprendizagens. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, p. 20)

O que precisamos esclarecer, sobre os desafios dos professores quando falamos de inclusão, é que na maioria das unidades escolares não se tem profissional qualificado para orientar os professores, os cursos que a DRE (Diretoria Regional de Educação) disponibiliza não atendem a todos e quando falamos da inclusão do aluno surdo, nos deparamos com um prejuízo ainda maior, nas demais inclusões muitas vezes as crianças se comunicam, entendem a comanda da professora, produzem de acordo com seu potencial, o surdo por sua vez, chega sem conhecer a Libras, em casa se comunica por gestos e ao chegar à escola, não temos um professor que conheça Libras para ensinar o aluno surdo e os demais alunos, o professor que irá atender essa criança também não conhece a língua de sinais e passa a se comunicar por gestos, o que acaba prejudicando seu desenvolvimento educacional, emocional e social.

### CAPÍTULO 3

#### A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO.

No capítulo três destacamos alguns autores que defendem a inclusão do aluno surdo na escola regular, e também as leis que garantem a inclusão e o atendimento com recursos adequados a cada especificidade.

A inclusão da criança surda deve se iniciar na educação infantil, nas creches e pré-escolas que deverão ofertar metodologias de ensino e recursos diferenciados, materiais pedagógicos diversificados e, principalmente a aceitação das diferenças interpessoais. (LACERDA, 2009, pp.49,50)

*Tendo em vista que as crianças surdas são, em grande maioria, filhas de pais ouvintes e que os programas de atendimento precoce à criança e à família continuam muito insatisfatórios, elas chegam à escola com um desenvolvimento incipiente da linguagem e sem domínio de uma língua. É comum que só então iniciem a aquisição da língua de sinais naturalmente se as experiências educacionais o permitirem.*

*Trata-se de um problema particularmente importante quando está em questão a educação infantil. Apesar das controvérsias, parece haver consenso de que a educação infantil constitui uma esfera social indispensável para o desenvolvimento das crianças e deve ser expandida de forma a atender a uma grande parte da população para a qual ainda é inacessível. No caso da educação de surdos, acrescentam-se necessidades que devem ser atendidas pelas instituições – a de oferecer oportunidades para que a criança se torne bilíngue, esteja em interação com pares em sua língua e tenha contato com a comunidade surda, podendo se reconhecer como pertencente a ela e reconhecer aspectos pertinentes à surdez. Esse é um desafio especialmente difícil na realidade atual, que vem buscando caminhos para a educação inclusiva. (LACERDA, 2009, p. 50)*

A educação inclusiva tem sido muito proclamada nos âmbitos escolares, e para atendermos os alunos surdos Pereira (Apud QUADROS, 1997) nos indica alguns caminhos que devem ser percorridos para que seja garantido esse direito.

*A aquisição da língua de sinais pelas crianças surdas, filhas de pais ouvintes, só poderá ocorrer na interação com adultos surdos que as insiram no funcionamento linguístico da língua de sinais, por meio de atividades discursivas que envolvam o seu uso, como diálogos, relatos de histórias, isto é, em atividades semelhantes às vivenciadas por crianças ouvintes ou surdas, de pais surdos, na interação com os pais. A interação com adultos surdos será propiciada pela escola de surdos, que conte com professores e profissionais surdos usuários da língua de sinais, de professores ouvintes fluentes e que a usem na comunicação e no desenvolvimento do conteúdo programático.*

*O aprendizado da língua majoritária, na modalidade escrita, se dará por meio da exposição, desde cedo, a textos escritos, uma vez que a leitura se constitui como a principal fonte para o aprendizado da língua majoritária. Por meio da língua de sinais, o professor deve explicar à criança o conteúdo dos textos, bem como mostrar aos alunos semelhanças e diferenças entre as duas línguas.*

*(...) Considerar a língua de sinais como a primeira língua do surdo significa que os conteúdos escolares devem ser trabalhados por meio dela e que a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, será ensinada com base nas habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelas crianças surdas nas suas experiências com a língua de sinais. (QUADROS, 1997, p. 47)*

Para que possamos incluir os alunos surdos é necessário trazermos a LIBRAS para o ambiente escolar, habilitando nossos profissionais e assim possibilitando a comunicação.

Nessa abordagem é imprescindível que a criança surda seja exposta o mais precocemente possível à língua de sinais, no intuito que desenvolva capacidades e competências linguísticas no mesmo ritmo de uma criança ouvinte. (LODI, 2009, p. 83).

Com o intuito de que seja efetivada essa inclusão se faz necessário investimento público na educação das habilidades linguísticas das crianças que nascem ou ficam surdas até os três anos segundo Lima (2006).

*Até os dois anos, a surdez é considerada pré-linguística, porque ocorre antes da construção da linguagem oral pela criança. Durante a fase de aquisição da linguagem (de zero a dois anos), não há uma imersão na cultura por meio da linguagem tradicional. No entanto, isso pode ocorrer se os pais usarem a linguagem de sinais e introduzirem a criança nessa linguagem. Assim, a relação da criança surda com os pais – para saber seu nome e sua identidade – estabelecer-se-á por vias diferentes da linguagem oral. (LIMA, 2006, pp. 55,56).*



Segundo o decreto 5626 de 2005 que regulamenta a lei 10436 de 24 de abril de 2002 é direito do aluno estar incluído nas escolas comum de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental com professores que atendam suas necessidades, ou seja, esse professor deve ser conhecedor da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa conforme segue artigo do decreto abaixo:

*Art.22 As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:*

*I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;*

A leitura do decreto deixa claro que a criança precisa estar inserida na educação infantil e com um profissional capacitado que possa atendê-la e não devemos esquecer que a LDB (BRASIL, 1996) no seu artigo 29, define como finalidade da Educação Infantil; desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade em seus aspectos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Portanto, é necessário iniciar o processo de educação do surdo na educação infantil com Libras que é sua língua natural.

Lima (2006) mostra que as inclusões na escola comum ainda encontram-se propostas educativas de base oralista, e recentemente há uma proposta de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da linguagem oral – bilinguismo – ou seja, considera-se a possibilidade de aprendizado tanto da língua oral quanto da língua de sinais. (LIMA, 2006, p. 65)

A inclusão do aluno surdo na escola regular aponta problemas de comunicação mostrada na experiência citada por Lima. (LIMA, 2006, p. 70)

*A experiência mostrou que a inclusão do aluno surdo na escola regular coloca problemas específicos, que permeiam a comunicação professor-aluno e aluno-professor. Um primeiro problema é o professor não saber*

*usar a língua de sinais – e nem poderia fazê-lo o tempo todo, já que ministra a aula para uma turma também de ouvintes. Outro complicador é a falta de um professor-intérprete. O que se verifica é que, nessas circunstâncias, toda a responsabilidade pelo sucesso da comunicação passa a depender da eficiência do aluno surdo em fazer a leitura labial e se expressar por meio da fala, o que não só é injusto, devido à omissão da escola, como é uma exigência bastante difícil para uma criança que se inicia na alfabetização. Lembremo-nos ainda de que, pela leitura labial, não se apreende tudo o que é dito pelo interlocutor. (LIMA, 2006, pp. 65,66).*

No processo de inclusão, Lima (2006) tem afirmado que inclusão significa oferecer condições necessárias ao atendimento das necessidades da criança, e no caso da criança surda a comunicação é ponto fundamental.

*No caso da criança surda, para que haja inclusão, os problemas de comunicação precisam ser contornados. A presença do professor que sabe a língua de sinais ou do interprete é, pois, essencial. (...) O processo de inclusão deve ser o horizonte de todo o sistema educacional, e não uma responsabilidade só do professor regente e de seus alunos. Cabe à escola, ao proceder à inclusão, refletir sobre os argumentos que são usados a favor e contra ela, verificar quais são as condições que tem a oferecer e se envolver nesse projeto, viabilizando a presença de professores-intérpretes. (LIMA, 2006, p. 71).*

A autora Souza (1998) descreve as considerações da FENEIS a respeito do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas escolas.

*Em relação a LIBRAS, a Federação, apesar de reconhecê-la como “meio natural de comunicação de pessoas surdas” e de defender a importância de seu uso no contexto escolar, advoga também o “uso da linguagem oficial, na estruturação oral, escrita e da leitura, através do ensino específico, seja em escolas especializadas, seja em classes especiais de escolas regulares” (grifo meu, Relatório da FENEIS, 1993). Portanto, considera como línguas distintas, e igualmente importantes, a LIBRAS e o Português; porém, mais do que isso, enfatiza a relevância dos dois sistemas na Educação da pessoa surda. Não por acaso, mas em decorrência de tal posição, a Federação se coloca favorável à perpetuação do “ensino específico, seja em escolas especializadas, seja em classes especiais”. Posição bastante compreensível, já que em tais locais, do ponto de vista operacional, seria mais fácil a conversão das idéias que postulam em prática pedagógica. Entretanto, com*

*isso não se quer dizer que os surdos não desejam contar com o apoio do sistema oficial de ensino. Antes, propõem que este seja reformulado a fim de poder se adequar às necessidades linguísticas do cidadão surdo. Discordam do modo como alunos surdos são integrados às classes comuns: simplesmente agrupados com ouvintes, sem estarem alfabetizados, sem o direito de terem acesso ao conteúdo escolar pela LIBRAS, sem poderem contar com intérpretes. Acham que, da forma como os surdos são ajuntados com alunos ouvintes, a convivência escolar torna-se extremamente penosa e a aprendizagem seriamente comprometida. (SOUZA, 1998, p. 98)*

Como observamos nos dizeres de Souza (1998) anos atrás já se fazia necessário a LIBRAS no cotidiano escolar para que fosse possível a inclusão do aluno surdo, garantindo seu direito na aprendizagem, diante do exposto acreditamos que para alcançarmos esta educação inclusiva atendendo cada um em sua especificidade precisamos nos adequar, e no caso do aluno surdo a proposta do bilinguismo vem de encontro a nossos anseios.

Segundo Quadros (1997) os estudos têm apontado bilinguismo sendo a proposta mais adequada para o ensino de crianças surdas.

*O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (...) Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito. (QUADROS, 1997, p.27).*

Segundo Albres (2011) a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é essencial para o desenvolvimento educacional dos surdos. (...) na educação defende a realização de pesquisas sobre a implantação de metodologias de ensino em educação bilíngue. (SCHENINI, 2011 apud Albres)

De acordo com a lei 10436 de 24 de abril de 2002, fica claro que é direito de toda criança estar incluída nas escolas comuns de educação infantil, e nos anos iniciais do ensino

fundamental, e o que temos acompanhado é que a inclusão está ocorrendo conforme a lei exige, as escolas têm acolhido todas as crianças, o que não está garantindo é o atendimento com profissional qualificado, no caso do aluno surdo é necessário um professor conhecedor da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa e também um intérprete se necessário.

Sabemos que a escola deve se adaptar ao aluno respeitando suas condições, repensando o currículo quando necessário, proporcionando o contato com um professor surdo, contudo, isso não é uma garantia de inclusão satisfatória.

A inclusão tem ocorrido de forma arbitrária, não se tem um planejamento ou um profissional habilitado para dar apoio ao professor, os cursos que são oferecidos pela secretaria de educação não atende a todos, para atender da melhor forma os educandos os professores tem se empenhado em leituras a respeito de cada deficiência e nas reuniões sempre se reserva um tempinho para discussões e trocas de experiências para amenizar as angústias que sempre estão presente nas falas dos professores.

### 3.1 A inclusão do aluno surdo na escola observada.

Neste subitem estaremos descrevendo o caso do aluno citado na pesquisa e como tem acontecido sua inclusão em uma sala regular de educação infantil.

O aluno cuja mãe aceitou participar da pesquisa tem cinco anos, e teve meningite com um ano e dois meses de idade, estava começando a falar, mas como teve perda total da audição, parou de falar. A mãe alega que ele perdeu a audição total e depois de algum tempo ele passou a ouvir um pouco, ele fez acompanhamento na DERDIC (A Derdic é uma unidade mantida pela Fundação São Paulo e vinculada academicamente à PUC-SP que atua na educação de surdos e no atendimento clínico a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem.). Sem fins lucrativos, o trabalho institucional prioriza famílias economicamente desfavorecidas e beneficia pessoas de todas as faixas etárias. A criança passou a ser atendida pela Instituição porque eles acharam que era raro a criança ter perda total e depois voltar a ouvir mesmo sendo pouco, ele ganhou o aparelho, mas não se adaptou, a mãe disse que ele não se deu bem porque não tinha acompanhamento de fonoaudiólogo e o aparelho incomodava muito, foi sugerido fazer a cirurgia do ouvido esquerdo para colocar o aparelho,

os pais não aceitaram, a mãe disse que parou de levar a criança na Derdic porque o filho dela estava se tornando uma cobaia e por isso matriculou em uma escola normal.

A escola fez alguns testes simples para encaminhar para sala de SAAI (Sala de Apoio e Acompanhamento a Inclusão), assim ele teria acompanhamento no contra-turno e ficaria na escola normal para desenvolver a parte da socialização, até o momento a mãe não apresentou o laudo, alegando que o laudo está na Derdic com a pessoa que o atendia, e conforme o último contato com a mãe, ainda está sem o laudo médico.

Após os testes, a coordenadora entrou em contato com a escola ao lado que possui uma sala de SAAI, mas não se teve bons resultados, a pessoa responsável na época também não tinha conhecimento de como atender uma criança surda e não era habilitada em Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Após esta tentativa de atendimento sem sucesso, a escola continuou em busca de uma melhor solução e após o recesso de 2012 a escola posicionou a mãe que ela deveria matricular seu filho na EMEBS Mario Pereira Bicudo, para ele dar continuidade a sua aprendizagem com contato com a língua de sinais, a mãe alegou que não iria mudar a criança de escola e que preferia a escola onde ele estava.

A seguir iremos descrever as observações que tivemos do aluno em sala de aula e como as professoras estão atendendo esta criança mesmo sem o conhecimento de atendimento ao surdo.

O aluno aponta o que quer, às vezes grita, nas brincadeiras ele se envolve, participa, observa as atitudes das demais crianças depois faz igual, ele entende alguns comando da professora, quando ela solicita que guarde os brinquedos ele ajuda a guardar é muito sorridente, às vezes teimoso como qualquer criança, a professora brincou com massinha na mesa em que ele estava, ele observou e fez igual, na hora de ouvir música não deu pra perceber muito, pois o rádio é baixo e não tem muita vibração.

Nos primeiros dias de aula aconteceu da professora não entender o que ele queria e ele fez xixi na sala, com o tempo as professoras passaram a fazer alguns gestos que ele aponta e elas sabem se ele quer ir ao banheiro ou tomar água.

Na parte da escrita, a professora fornece o crachá e ele consegue copiar seu nome, a professora também solicita que ele aponte seu nome na lista e ele identifica, contudo não temos certeza de seu entendimento quando copia o nome e o aponta. Nas atividades de pintura apresenta interesse, gosta de cortar papéis para atividades de colagem e no parque brinca em

todos os brinquedos e participa das brincadeiras com os amigos, demonstra certa autonomia outras vezes precisa da intervenção da professora para resolver atritos com os amigos, faz as refeições normalmente junto às demais crianças.

Nos dias em que passamos observando o andamento das aulas, ficou claro que sua comunicação com a turma e a professora é restrita, não garantindo sua total socialização, ficando muitas vezes na dúvida do que realmente está acontecendo.

Em entrevista, a mãe alega que se comunica com ele da melhor forma possível, e diz nos entendemos pelo olhar, ele sabe o que estou falando.

Na pergunta como se comunica com seu filho, ela responde como toda mãe, “ele me entende muito bem, faz tudo que eu peço, consegue me entender olhando”.

Foi perguntado se tem ajuda da família com a criança, ela respondeu que não, só ela entende a criança, o pai evita conversar com ele, e o irmão mais velho se comunica por gestos, nenhuma pessoa da família conhece a língua de sinais. Nessa resposta observamos a dificuldade da inclusão em família, só a mãe se comunica precariamente com o filho, esse é um fato que muitas pessoas enfrentam sozinhas. Ainda não temos um manual para amenizar ou um atendimento específico às famílias no sentido de resolver esses conflitos.

Quando foi perguntado com quantos anos ele começou a frequentar a escola, a mãe respondeu que conseguiu uma vaga na creche por volta do meio do ano de 2012, já havia percorrido várias creches na redondeza e todas alegavam não ter condições de ficar com uma criança surda, “então fui buscar meus direitos e na Secretaria da Educação, me encaminharam para a creche no Jardim Vista Alegre, e por ter conseguido a vaga através da Secretaria da Educação eles enviaram duas professoras especializadas para atender meu filho, só não sei se elas tinham formação em Libras, mas atenderam meu filho nesse período, em 2013 quando ele veio para a Emei, não teve nenhuma professora a mais, ele esteve com as professoras que atendiam as demais crianças, a escola me sugeriu que ele fosse para outra escola onde tivesse atendimento especializado, eu não concordei prefiro meu filho na escola normal”.

No intuito de promover uma inclusão adequada a cada especificidade a Prefeitura de São Paulo conta com os seguintes Serviços de Educação Especial.

Os serviços de educação especial para o atendimento aos educandos público alvo da educação especial são oferecidos na Rede Municipal de Ensino, por meio de:

Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAI - Segundo a Prefeitura de São Paulo estão em funcionamento nas 13 Diretorias Regionais de Educação, tem como atribuições, o acompanhamento aos educandos com deficiência, TGD e altas habilidades/ superdotação por meio de visitas sistemáticas às escolas, avaliação pedagógica, reuniões com professores e coordenadores pedagógicos, atendimentos a pais e outros. Desde 2013, as equipes estão sendo ampliadas, objetivando atender a demanda de cada região.

O CEFAI FREGUESIA DO Ó. Situado a Rua Léo Ribeiro de Araújo, 66 – Freguesia do Ó – CEP 02910-060, Telefone / Fax: (11) 3397-8618/3397-8617. Atende as escolas das Regiões: Casa Verde, Cachoeirinha, Imirim, Limão, Freguesia do Ó e Brasilândia, a qual a escola pesquisada faz parte.

O CEFAI é composto por Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), com ação itinerante à Comunidade Educativa. Esses professores têm especialização comprovada ou habilitação em Educação Especial ou em uma de suas áreas: deficiências física, mental, visual, auditiva e múltipla, e desenvolvem ações que podem abranger educandos, professores, gestores, familiares e funcionários das escolas.

As Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – (SAAI), estão instaladas nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, são destinadas ao Atendimento Educacional Especializado - AEE em caráter complementar ou suplementar aos educandos que apresentam algum tipo de deficiência, TGD e altas habilidades/ superdotação. Atualmente, a RME conta com 469 SAAs.

Uma das (SAAI) Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão esta na EMEF Profª Cecília Moraes de Vasconcelos, próximo a escola pesquisada.

A Prefeitura de São Paulo também conta com as Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos – EMEBS e Unidades Polo de Educação Bilingue.

Estas unidades destinam-se às crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência auditiva/surdez, surdocego ou com outras deficiências, limitações, condições ou disfunções associadas à deficiência auditiva/surdez.

Conta também com os seguintes profissionais: Instrutores, Intérpretes e Guias-Intérpretes de Libras.

São profissionais com competência e fluência em libras para ministrar cursos de formação em Libras, acompanhar e apoiar os regentes de Libras nas Unidades Educacionais

da RME, realizar a interpretação das duas línguas ( Língua de Sinais e Língua Portuguesa), de maneira simultânea e consecutiva, para atuar nas Unidades Educacionais da RME e em eventos.

Através de parceria entre SME e o CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, professores que tem educandos com deficiência, TGD ou altas habilidades/superdotação em suas classes podem contar com um Estagiário de Pedagogia para apoiá-lo nas atividades desenvolvidas, caso necessário. No momento, 2148 estagiários de pedagogia atuam em classes regulares da RME. Para um melhor atendimento, o número de estagiários foi ampliado em 50% em relação a 2012.

Também compõe este programa AVE- Auxiliar de Vida Escolar. Os Auxiliares de Vida escolar são profissionais selecionados na própria comunidade, recebem formação e podem acompanhar os educandos que não têm autonomia e necessitam de apoio intensivo para alimentar-se, fazer a própria higiene e locomover-se. Cada AVE atende até 6 educandos por turno.

A Rede Municipal conta com uma Equipe Multidisciplinar e Supervisores Técnicos.

A equipe multidisciplinar trabalha em conjunto com os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAIs). A equipe tem 40 profissionais – fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais, atuando nas 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs). Eles fazem a avaliação e o acompanhamento dos educandos e, juntamente com os CEFAIs, apóiam as famílias e equipes escolares. Além disso, 42 fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais visitam mensalmente as Unidades Educacionais para avaliação, prescrição de mobiliário adaptado e orientação, bem como orientam o trabalho dos AVEs.

Algumas Instituições Conveniadas a SME são: Os Convênios de Educação Especial firmados com a Secretaria Municipal de Educação visam os seguintes atendimentos:

CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado.

AEC – Atividade de Enriquecimento Curricular.

IMT – Iniciação ao Mundo do Trabalho.

EEE – Escola de Educação Especial.



## CAPÍTULO 4

### A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Neste capítulo nosso objetivo é mostrar a formação dos professores pertencentes à escola pesquisada e relatos de alguns autores envolvidos na inclusão da criança surda.

Conforme entrevista, as professoras são formadas em Pedagogia, porém na época em que cursaram faculdade a matéria Libras não fazia parte da grade curricular e após a conclusão do curso não participaram de nenhum curso sobre Libras, ambas não tem qualificação específica em educação inclusiva, e não fizeram nenhum curso sobre a inclusão da criança surda. Em entrevista foi perguntado à coordenadora a respeito dos cursos que os professores deveriam receber para atender as inclusões e a resposta foi a seguinte: “Não, não temos capacitação, o que procuramos fazer para amenizar e ajudar o professor é conceder horários no PEA (Projeto Especial de Ação) com textos que possam esclarecer algumas dúvidas e trocas de experiências entre professores”. Também foi questionado a respeito da aprendizagem da criança e a resposta foi que: “É uma criança muito inteligente, mas como já foi dito não temos um atendimento específico para criança surda, as professoras tentam fazer o seu melhor, pois nenhuma das duas são habilitadas em Libras ou outro curso que atenda crianças portadoras de deficiências”.

A seguir vamos observar na fala dos autores o que relatamos a respeito da formação de nossos professores, ambas não são habilitadas em cursos específicos de inclusão e não há capacitação para o professor que recebe a criança a ser incluída, seja ela surda ou portadora de qualquer outra deficiência.

No IV congresso do INES, QUADROS (2005, pp. 44, 45) fala da realidade da inclusão do surdo e que existem profissionais em diversos níveis de formação atuando na educação dos surdos.

*Diante de tais conquistas, torna-se realidade a inclusão dos surdos na sociedade (Quadros, 2003, 2005). “Inclusão” não no sentido de colocar o surdo entre os ouvintes, mas no sentido de garantir o exercício da cidadania do surdo enquanto brasileiro. Esta inclusão tem sido traduzida de diferentes formas, mas, para os surdos, acontece de forma a garantir que os mesmos venham a adquirir a língua de sinais, tenham “escutas” em sinais, tenham pares surdos, acesso à educação na sua língua, isto é, a língua de sinais*

*brasileira, acesso ao ensino de português, como segunda língua, e acesso aos conhecimentos curriculares. Com isso, alguns surdos estão chegando às universidades contando com a presença do profissional-intérprete de língua de sinais. Além disso, essa inclusão abre espaço para o ensino da língua de sinais em diferentes lugares, entre esses, as universidades brasileiras. (QUADROS, 2005 pp. 44, 45)*

Segundo Quadros no IV congresso do INES, é uma grande conquista saber que a Língua de Sinais está sendo garantida ao surdo no processo de inclusão e aponta um dos maiores desafios que é formar professores bilíngues.

*Portanto, o desafio maior que se apresenta, neste momento, é o de formar professores bilíngues (língua de sinais e português), professores surdos e intérpretes de língua de sinais, para atuarem no ensino superior – na formação de outros profissionais – de modo que se possa garantir o acesso e a permanência de surdos na educação. Assim, estar-se-á contribuindo para a conquista de espaços educacionais, sociais, culturais, linguísticos e políticos que legitimam a inclusão dos surdos. Esse processo torna-se possível se as universidades criam condições para o ingresso e permanência dos surdos na universidade. A Universidade Federal de Santa Catarina está desenvolvendo um projeto, com apoio da CAPES, que visa formar professores e pesquisadores da educação de surdos, da língua de sinais e da interpretação da língua de sinais para garantir a implementação do ensino da Libras, em atendimento ao artigo 4o. da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. A proposta é de propiciar uma formação teórico-prática, em nível stricto sensu, que permita aos professores bilíngues (língua de sinais e português), aos professores de língua de sinais e aos intérpretes de língua de sinais atuar no ensino como pesquisadores e multiplicadores da educação de surdos e da língua brasileira de sinais, tendo em vista a promoção da inclusão de todos os alunos. Também visa qualificar, em nível stricto sensu, os profissionais que estão atuando direta ou indiretamente na educação de alunos surdos. Dessa forma, essa Universidade passou a criar as condições para que isso se tornasse uma realidade. (QUADROS, 2005, pp. 44, 45, 46)*

Albres (2011) destaca que “A disciplina de libras tem sido implantada pelas instituições de ensino superior, mas a pequena carga horária destinada a ela e a diversa ementa oferecida, por vezes, não proporcionam de fato uma proficiência na língua”. E mesmo que a Libras seja inserida no ambiente escolar não garante a condição bilíngue ao aluno surdo

que muitas vezes não tem o acompanhamento do intérprete, as adequações nos currículos não acontecem, e muitas escolas ainda não conhecem nada sobre surdez e a língua de sinais.

*Os professores se formam com um conhecimento básico e incipiente para educar uma criança surda”. Ela defende a necessidade de que sejam estudadas formas da disciplina ter uma progressão, duração de mais de um semestre, ou que as secretarias de educação, estaduais ou municipais, ofereçam aulas de libras em cursos de formação continuada em serviço. “O aprendizado de uma segunda língua não se completa em quatro meses. (SCHENINI, Ed. 51, apud, Albres, 2011)*

Quadros enfoca que Línguas não se aprendem em pouco tempo, mas sim em anos de trabalho e contato com a segunda língua.

*Línguas não se aprendem em cursos de curta duração, mas em anos de trabalho e contato com a segunda língua. A língua de sinais é de fato, a segunda língua para esses professores e intérpretes e as consequências deste processo, satisfatórios ou não, de contato com a língua aprendida artificialmente, encontra-se refletidas diretamente no desenvolvimento dos alunos surdos na escola. (QUADROS, 2006, p. 151, 152)*

Lacerda também concorda que são necessários profissionais para atender estes alunos no âmbito escolar:

*(...) são necessários profissionais que tenham domínio da Libras, que pensem estratégias pedagógicas que contemplem as necessidades das crianças surdas, e em alguns casos a presença do intérprete se faz necessária para que alguns desses alvos sejam alcançados. (LACERDA, 2009, p. 50)*

Quadros também cita Bergmann que demonstra sua preocupação quanto à formação dos professores:

*Bergmann apresenta uma grande preocupação com a formação dos profissionais diante da importância da DSL para o funcionamento de uma escola bilíngue. Todos os professores devem dominar a língua de sinais. A formação dos professores ouvintes inclui cursos de DSL com ênfase comunicativa de 510 a 580 horas. A formação de professores de DSL inclui mais um curso específico de 170 horas. A autora descreve brevemente as qualidades necessárias para um professor da disciplina de DSL:*

*Um professor competente deve:*

- a. comunicar-se fluentemente com as crianças surdas;*
- b. funcionar como um modelo linguístico para as crianças surdas;*
- c. ter a habilidade de analisar e avaliar a língua de sinais das crianças surdas e de outras pessoas.*

*Além disso, o professor deve ter:*

- a. conhecimento das variações da DSL e conhecimento quanto e como a língua de sinais é usada em diferentes situações;*
- b. conhecimento da cultura e história dos surdos. (BERGMANN, 1994, pp. 89, 90 apud Quadros, 1997, p. 82)*

A inclusão propõe uma escola igual para todos, prevendo a inserção de forma completa e sistemática, com isso implica uma mudança na perspectiva educacional, porque atinge a todos, portadores de deficiência ou não.

Para que a escola se torne inclusiva é preciso haver uma ruptura de base em sua estrutura organizacional e uma redefinição de planos para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que valorize as diferenças.

É necessário que se tenha uma formação contínua, enfatizando a importância do papel do professor na construção do conhecimento e na formação de atitudes e valores do cidadão, ele é referência para o aluno.

A formação contínua é essencial para o processo de inclusão, visando o desenvolvimento enquanto professor, promovendo reflexões e diálogos, proporcionando uma conscientização crítica acerca das atitudes presentes em nossa prática docente.

Para atender ao aluno surdo, a formação do professor que a lei garante nos cursos de pedagogia infelizmente é insuficiente não garantindo ao profissional a fluência necessária para a comunicação com o aluno surdo.

A grade curricular que as universidades oferecem para a disciplina de libras ainda são mínimas para ser dividida em teorias, a história do surdo e prática de Libras, para um aprendizado real e com fluência em uma nova língua a carga horária não é suficiente, e como consequência essa defasagem na formação do professor se reflete na educação dada aos alunos surdos nas escolas que deixam grandes lacunas em sua aprendizagem.

Diante destas informações a respeito da formação dos professores, precisamos buscar meios de obter uma formação adequada para atender essas crianças, promovendo uma educação de qualidade e acima de tudo fazer cumprir a lei tornando as escolas de fato provedoras de uma educação inclusiva.

Segundo Tardif, a formação é entendida:

*Como processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo. (TARDIF, 2002, p. 177)*

Tardif deixa claro que a formação é um processo contínuo e que o professor tem que estar disponível a aprender e que o sistema onde ele está inserido como profissional tem que ter condições de nova aprendizagem, portanto a responsabilidade é de todos, do professor que deve se aprimorar e do sistema que deve dar condições dessa aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o propósito de identificar as dificuldades ocorridas na inclusão do aluno surdo, como a escola se organiza para receber esse aluno, quais as dificuldades e conflitos em sala de aula, os benefícios e a formação dos professores em questão.

Constatamos dificuldades na comunicação, as duas professoras e o aluno não tinham contato com a Libras, e se comunicavam por gestos criados diante das necessidades. Por outro lado a escola não promoveu mudanças que pudesse favorecer o desenvolvimento intelectual do aluno, e a aprendizagem ficou limitada pela falta de comunicação.

A inclusão que está acontecendo nas escolas de educação infantil continua sendo a de garantir o aluno no ambiente escolar proporcionando apenas a socialização com outras crianças de forma precária.

Quanto à formação dos educadores da escola, não temos profissionais com conhecimento em Libras e nem intérprete e segundo estudos não temos profissionais suficientes para atender a demanda.

Sabemos que a inclusão é um direito de todos, e a escola inclusiva só será de fato inclusiva quando todos assumirem seus papéis, desde o faxineiro, a merendeira, os agentes, os professores a direção e a comunidade, promovendo as mudanças no âmbito escolar.

É importante destacar que só a presença de um intérprete da língua de sinais em sala de aula não é garantia de uma inclusão satisfatória. Para garantir essa educação é fundamental a presença de educadores surdos e que haja interação com pares em sua língua e tenha contato com a comunidade surda. Precisa-se de investimento em treinamento e capacitação de recursos humanos, adaptação do ambiente conforme as necessidades, que o currículo seja flexível, que se forneçam mais informações sobre a surdez e a língua de sinais.

Como citado acima, são muitas as mudanças necessárias, porém cabe destacar que a Rede Municipal de Ensino apresenta programas como o CEFAl, Centro de Formação e Acompanhamento a Inclusão, os SAAI, Sala de Apoio e Acompanhamento a Inclusão, PAAI, Professores de Apoio e Acompanhamento a Inclusão, Instrutores, Intérpretes e Guias - Intérpretes de Libras, que deveria proporcionar a educação inclusiva que esperamos, mas devido à demanda ser muito grande constatamos que mesmo com este suporte muitos educandos não estão sendo contemplados com este atendimento, e em consequência o que

temos são alunos com desigualdade educacional, sem garantia do conhecimento para seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAPTISTA, Caroline. **Alfabetização em Libras**/Os primeiros passos para introdução e aprendizagem da língua de sinais na escola. Mundo da Inclusão, São Paulo, Minuano Cultural, Ano 1 n° 4, 2010.

BRASIL. Secretaria Municipal da Educação. **Projeto toda Força ao 1º Ano**: Contemplando as Especificidades dos alunos Surdos/Secretaria Municipal da Educação – São Paulo: SME/DOT, 2007.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 2 ed. São Paulo, Edusp. Vol. 1. 2001.

**DECLARAÇÃO de Salamanca**. Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca, 1994.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda** Linguagem e Cognição numa perspectiva sociointeracionista/2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil** dos primórdios ao início do século XXI/Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA, Sueli Ramalho. **Libras** Língua Brasileira de Sinais/São Paulo: Editora Escala 2012.

KOZLOWSKI, L. **A educação bilíngue - bicultural do surdo**. In: LACERDA, C.B: NAKAMURA, H; LIMA, MC (Org). **Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000.

LACERDA, Cristina B. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental/Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

\_\_\_\_\_, **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2013.

\_\_\_\_\_, **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos** Cad.Cedes Vol.19 n.46 Campinas, Sept.1998.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**/São Paulo: Avercamp, 2006.



LODI, Ana Claudia B, (Org). **Uma Escola, duas línguas**, letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de, (org.). **Inclusão Escolar**: As Contribuições da Educação Especial/Marília/SP: Fundep, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Bilinguismo** e educação de surdos. Revista intercambio, volume XIX: 62-67.2009 São Paulo: LAEL/PUC – SP – ISSN 1806 – 275x – Acesso dia 27/03/2012 às 23hs 38m.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos**: A aquisição da linguagem/Porto Alegre: Artmed, 1997.

SCHENINI, Fátima – Albres, Neiva de Aquino/Reportagem: **Educadora defende mais tempo para o ensino de libras**/[www.portaldoprofessor.mec.gov.br-noticias](http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br-noticias) - edição 51- Acesso dia 27/03/2012 às 18hs 15m.

SOUZA, Regina Maria. **Que palavra que te falta?**: Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez/São Paulo: Martins fontes. 1998 – (Texto e linguagem).

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes** e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

## ANEXOS:

Pesquisa com a coordenadora

1- Existe alguma capacitação para os professores visando prepará-los para a inclusão dos alunos com deficiência? Se sim, quais? E como é realizado?

R. Não, não temos capacitação, o que procuramos fazer para amenizar e ajudar o professor e conceder horários no PEA com textos que possa esclarecer algumas dúvidas e trocas de experiências entre professores.

2- A escola dispõe de materiais didático-pedagógicos para atender a criança com deficiência auditiva ou com outras necessidades especiais?

R. Não, o que sabemos é que o aluno está no sistema de cadastro EOL, onde são quantificadas as crianças. O órgão (CEFAI) deveria entrar em contato com as escolas e fornecer material pedagógico, material humano e cursos.

3- A escola tem sala de leitura? Ou desenvolve projetos de leitura?

R. Sim, mas não realiza nenhum trabalho diferenciado para crianças com necessidades especiais.

4- Existem na escola projetos voltados para a inclusão? Se sim, quais?

R. Sim, quando há professores de Módulo disponíveis, estes ficam dentro da sala auxiliando na inclusão das crianças.

5- No PEA (Projetos Especiais de Ação) é discutida a inclusão do aluno surdo?

R. Sim, sempre que possível disponibilizamos textos abordando as necessidades das crianças que atendemos.

6- Fale sobre a estrutura física, e o que achar relevante da escola.

R. A escola está localizada em um bairro muito carente, com grande poluição sonora de muitas formas, a acústica das salas são péssimas, é uma escola que não é agradável para a educação infantil, a disposição das mesas, os espaços para brincar e o grande número de alunos dificulta a linha do tempo.

7- A criança com deficiência auditiva investigada apresenta dificuldades ou avanços de aprendizagem? Se sim, quais?

R. É uma criança muito inteligente, mas como já foi dito não temos um atendimento específico para criança surda, as professoras tentam fazer o seu melhor, nenhuma das duas são habilitadas em Libras ou outro curso que atenda crianças portadoras de deficiências.

8- O que gostaria de acrescentar?

R. Sempre que um professor receber um aluno especial, que fosse garantido um treinamento ou um curso, ou algum atendimento para dar suporte ao seu trabalho em sala de aula e que fosse disponibilizado mais cursos atendendo a todos profissionais.

Pesquisa com as professoras: 1 - Maria 2- Sonia

1- Qual sua formação?

R.1 – Pedagoga

R. 2 – Magistério / Pedagoga

2- Como você se comunica com a criança?

R. 1 – Através do olhar, verbalizando e sinalizando

R. 2 – Através de gestos e expressão facial

3- Você compreende o que ele quer lhe dizer? Ele é compreendido por você?

R.1 – Sim, ele se faz entender através de gestos

R. 2- Na maioria das vezes por dedução. Se ele me compreende... creio que sim

4- Ele lê ou escreve?

R.1 – Não aplico atividade de escrita, no meio período trabalho atividades lúdicas

R. 2 – Não

5- Em qual nível de alfabetização ele se encontra?

R. 1 – Pré-Silábico

R. 2 – Pré-Silábico

6- Fale sobre a interação dele com as outras crianças?

R. 1 – O aluno interage normalmente comunicando-se quando não compreendido através de som que emite em forma de grito

R. 2 – Não apresenta problemas de socialização ou integração com as outras crianças, as outras crianças o compreendem da mesma forma que ele as compreende.

7- Você teve alguma orientação, antes de recebê-lo?

R. 1 – Não, nenhuma

R. 2 – Não, nenhuma

8- Recebeu informações sobre a escolarização dele em anos anteriores?

R. 1 – Não

R. 2 – Não

9- Você participa ou participou de algum programa de capacitação de professor?

R. 1- Não

R. 2 – Não

10- Tem experiência de ensino com crianças com deficiência?

R. 1- Não

R. 2 - Não

Pesquisa com a mãe:

1- Quando ocorreu a perda da audição, quantos anos ele tinha?

R. Em 2009, ele tinha 1 ano e dois meses.

2- Qual a causa da perda auditiva?

R. Ele teve meningite

3- Foi diagnosticado por quem?

R. Só com dois anos que ela descobriu, percebeu que ele não ouvia e levou ao pediatra.

4- Ele fez audiometria, teria uma cópia para fornecer?

R. Na época fez, mas não tenho, agora ele está passando novamente nos médicos para fazer exames e saber se vai poder fazer a cirurgia.

5- Até que série vocês estudaram?

R. Mãe - eu conclui o segundo grau - Pai - meu marido estudou até a oitava série.

6- Qual a média de renda familiar?

R. Só meu marido trabalha, ele ganha pouco mais que o salário.

7- Em que região da cidade de SP mora?

R. Região norte,

8- Joãozinho tem irmãos?

R. Sim, um mais velho, sem problema nenhum

9- Como vocês se comunicam com Joãozinho?

R. Eu me comunico normalmente, ele me entende, faz tudo que eu falo.

10- Como vocês acham que ele se desenvolve na escola?

R. Eu acho que ele se desenvolve como os outros, ele já sabe escrever o nome dele.

11- Joãozinho tem amigos? Ele consegue se relacionar com as outras crianças? Como?

R. Ele brinca pouco na rua, mas as crianças entendem e ele também, eles se comunicam por sinais.

12- Com quantos anos Joãozinho começou a frequentar a escola? Era escola Inclusiva ou especial?

R. Eu consegui colocar ele na creche no meio de 2012, eu já havia percorrido todas as creches da redondeza e todas diziam não ter como receber uma criança surda, aí fui procurar meus direito, eu fui à Secretaria da Educação e eles me encaminharam para a creche do Jardim Vista Alegre, como fui encaminhada pela secretaria eles também encaminharam duas professoras especializadas para atender meu filho.

13- Quem auxilia Joãozinho nas tarefas escolares em casa?

R. Só eu, eu que o entendo, meu marido não gosta de conversar com ele porque não entende e meu filho só conversa poucas coisas por gestos.